

Aeté Participações S.A.

*Demonstrações Financeiras
Referentes ao Exercício Findo em
31 de Dezembro de 2013 e
Relatório dos Auditores Independentes
sobre as Demonstrações Financeiras*

Deloitte Touche Tohmatsu Auditores Independentes

RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

À Diretoria e aos Acionistas da
Aeté Participações S.A.
São Paulo - SP

Examinamos as demonstrações financeiras individuais e consolidadas da Aeté Participações S.A. (“Companhia”), identificadas como Controladora e Consolidado, respectivamente, que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2013 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como o resumo das principais práticas contábeis e demais notas explicativas.

Responsabilidade da Administração sobre as demonstrações financeiras

A Administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração dessas demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Responsabilidade dos auditores independentes

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre essas demonstrações financeiras com base em nossa auditoria, conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Essas normas requerem o cumprimento de exigências éticas pelos auditores e que a auditoria seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras estão livres de distorção relevante.

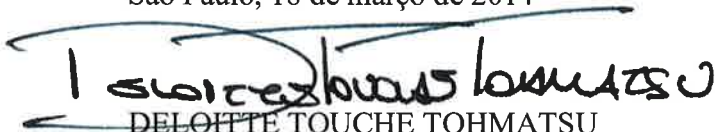
Uma auditoria envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores e das divulgações apresentados nas demonstrações financeiras. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do auditor, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro. Nessa avaliação de riscos, o auditor considera os controles internos relevantes para a elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras da Companhia para planejar os procedimentos de auditoria que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a eficácia desses controles internos da Companhia. Uma auditoria inclui, também, a avaliação da adequação das práticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis feitas pela Administração, bem como a avaliação da apresentação das demonstrações financeiras tomadas em conjunto.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.


Opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras individuais e consolidadas anteriormente referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Armco do Brasil S.A. em 31 de dezembro de 2013, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

São Paulo, 18 de março de 2014



DELOITTE TOUCHE TOHMATSU
Auditores Independentes
CRC nº 2 SP 011609/O-8



Roberto Wagner Promenzio
Contador
CRC nº 1 SP 088438/O-9

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

BALANÇOS PATRIMONIAIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

ATIVO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado		PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012			2013	2012		
CIRCULANTE						CIRCULANTE					
Caixa e equivalentes de caixa	4	324	182	20.752	45.258	Fornecedores		-	-	15.039	16.610
Contas a receber de clientes	5	-	-	50.333	70.724	Operação "risco sacado"	12	-	-	14.366	5.181
Estoques	6	-	-	84.120	96.158	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	138.380	157.229
Impostos a recuperar	7	-	-	13.920	15.067	Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	10.142	7.834
Despesas antecipadas		-	-	263	185	Impostos a recolher		370	216	4.234	1.372
Partes relacionadas	9	13.638	5.898	13.638	5.898	Tributos parcelados a pagar	15	-	-	975	3.383
Outras contas a receber		-	-	1.522	1.968	Outras contas a pagar		100	-	6.610	3.409
Total do ativo circulante		<u>13.962</u>	<u>6.080</u>	<u>184.548</u>	<u>235.258</u>	Total do passivo circulante		<u>470</u>	<u>216</u>	<u>189.746</u>	<u>195.018</u>
NÃO CIRCULANTE						NÃO CIRCULANTE					
Aplicações financeiras restritas	8	-	-	9.513	9.817	Empréstimos e financiamentos	14	-	-	156.647	158.212
Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	27.489	27.439	Tributos parcelados a pagar	15	-	-	4.581	266
Impostos a recuperar	7	-	-	1.041	1.571	Imposto de renda e contribuição social diferidos	13	-	-	5.701	3.760
Instrumentos financeiros	21	-	-	16.767	11.206	Instrumentos financeiros	21	-	-	52	154
Outras contas a receber		-	-	233	642	Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	-	-	12.490	12.245
Investimentos	10	137.266	172.316	-	-	Outras contas a pagar - partes relacionadas	9	-	12.112	-	-
Imobilizado	11	<u>10.386</u>	<u>10.617</u>	<u>295.016</u>	<u>265.840</u>	Total do passivo não circulante		<u>-</u>	<u>12.112</u>	<u>179.471</u>	<u>174.637</u>
Total do ativo não circulante		<u>147.652</u>	<u>182.933</u>	<u>350.059</u>	<u>316.515</u>	PATRIMÔNIO LÍQUIDO					
						Capital social	17	195.000	180.000	195.000	180.000
						Prejuízos acumulados		(33.856)	(3.315)	(33.856)	(3.315)
						Patrimônio líquido atribuível a proprietários da controladora		161.144	176.685	161.144	176.685
						Participação de não controladores		-	-	4.246	5.433
TOTAL DO ATIVO		<u><u>161.614</u></u>	<u><u>189.013</u></u>	<u><u>534.607</u></u>	<u><u>551.773</u></u>	TOTAL DO PASSIVO E PATRIMÔNIO LÍQUIDO		<u><u>161.614</u></u>	<u><u>189.013</u></u>	<u><u>534.607</u></u>	<u><u>551.773</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO

PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012

(Em milhares de reais - R\$, exceto o prejuízo líquido do exercício por lote de mil ações)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA	18	-	-	481.708	438.351
CUSTO DOS PRODUTOS VENDIDOS	19	-	-	(410.311)	(379.187)
LUCRO BRUTO		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>71.397</u>	<u>59.164</u>
RECEITAS (DESPESAS) OPERACIONAIS					
Vendas		-	-	(29.221)	(25.976)
Gerais e administrativas		(249)	(272)	(22.808)	(20.854)
Resultado de equivalência patrimonial	10	(38.309)	(19.095)	-	-
Outras receitas (despesas), líquidas		<u>9.011</u>	<u>6.391</u>	<u>(2.695)</u>	<u>996</u>
	19	<u>(29.547)</u>	<u>(12.976)</u>	<u>(54.724)</u>	<u>(45.834)</u>
LUCRO OPERACIONAL ANTES DO RESULTADO FINANCEIRO		<u>(29.547)</u>	<u>(12.976)</u>	<u>16.673</u>	<u>13.330</u>
RESULTADO FINANCEIRO					
Despesas financeiras, líquidas		-	-	(38.629)	(21.627)
Variação cambial, líquida		<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(1.335)</u>	<u>(1.114)</u>
	20	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>(39.964)</u>	<u>(22.741)</u>
PREJUÍZO ANTES DO IMPOSTO DE RENDA E DA CONTRIBUIÇÃO SOCIAL		<u>(29.547)</u>	<u>(12.976)</u>	<u>(23.291)</u>	<u>(9.411)</u>
IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL Correntes	13	(994)	(698)	(8.437)	(4.974)
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO ANTES DA PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES		<u>(30.541)</u>	<u>(13.674)</u>	<u>(31.728)</u>	<u>(14.385)</u>
PARTICIPAÇÃO DE NÃO CONTROLADORES NO PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		-	-	1.187	711
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		<u>(30.541)</u>	<u>(13.674)</u>	<u>(30.541)</u>	<u>(13.674)</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO POR LOTE DE MIL AÇÕES - R\$ - BÁSICO E DILUÍDO		<u>(2)</u>	<u>(1)</u>		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DO RESULTADO ABRANGENTE
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota <u>explicativa</u>	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
		<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
PREJUÍZO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO		(30.541)	(13.674)	(30.541)	(13.674)
Outros resultados abrangentes que poderão ser reclassificados para o resultado:					
Resultados não realizados de cobertura cambial dos fluxos de caixa futuros	21	9.474	4.627	9.475	4.627
Efeito tributário diferido	21	(5.701)	(1.576)	(5.701)	(1.576)
TOTAL DO RESULTADO ABRANGENTE DO EXERCÍCIO		<u>(26.768)</u>	<u>(10.623)</u>	<u>(26.767)</u>	<u>(10.623)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO (CONTROLADORA)
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	<u>Nota explicativa</u>	<u>Capital social</u>	<u>Reserva de lucros</u>	<u>Prejuízos acumulados</u>	<u>Total</u>
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2011		164.800	25.559	-	190.359
Aumento de capital com lucros acumulados	17	15.200	(15.200)	-	-
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(13.674)	(13.674)
Absorção de prejuízos acumulados		-	(10.359)	10.359	-
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2012		<u>180.000</u>	<u>-</u>	<u>(3.315)</u>	<u>176.685</u>
Aumento de capital em dinheiro	17	15.000	-	-	15.000
Prejuízo líquido do exercício		-	-	(30.541)	(30.541)
SALDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013		<u><u>195.000</u></u>	<u><u>-</u></u>	<u><u>(33.856)</u></u>	<u><u>161.144</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO
PARA OS EXERCÍCIOS FINDOS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013 E DE 2012
(Em milhares de reais - R\$)

	Nota explicativa	Controladora		Consolidado	
		2013	2012	2013	2012
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES OPERACIONAIS					
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social		(29.547)	(12.976)	(23.291)	(9.411)
Ajustes para reconciliar o prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social com o caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais:					
Depreciação	11	231	231	8.951	8.633
(Reversão) provisão para créditos de liquidação duvidosa	5	-	-	2.401	(836)
(Reversão) provisão para perdas nos estoques		-	-	60	(1.084)
Equivalência patrimonial	10	38.309	19.095	-	-
Valor residual dos ativos permanentes baixados	11	-	-	277	363
Encargos financeiros e variação cambial sobre financiamentos, empréstimos e obrigações fiscais		-	-	30.684	25.555
Encargos financeiros sobre tributos parcelados		-	-	-	1.281
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	-	-	1.100	679
Encargos financeiros sobre riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	16	-	-	748	707
Rendimento de aplicações financeiras restritas		-	-	(465)	(930)
Imposto de renda e contribuição social correntes	13	(994)	(698)	(8.437)	(4.974)
Participação de não controladores		-	-	1.187	711
		<u>7.999</u>	<u>5.652</u>	<u>13.215</u>	<u>20.694</u>
(Aumento) redução nos ativos operacionais:					
Contas a receber de clientes		-	-	17.990	11.241
Aplicações financeiras restritas		-	-	769	-
Estoques		-	-	11.978	(8.558)
Impostos a recuperar		-	-	1.677	(2.584)
Despesas antecipadas		-	-	(78)	1.172
Depósitos judiciais		-	-	-	(32)
Empréstimos de partes relacionadas		(7.740)	(5.898)	(7.740)	(5.898)
Outras contas a receber		(377)	380	1.668	(4.349)
Aumento (redução) nos passivos operacionais:					
Fornecedores		-	-	(1.571)	2.663
Impostos a recolher		176	49	(2.862)	(711)
Tributos parcelados a pagar		-	-	1.907	(4.267)
Salários, provisões e contribuições sociais		-	-	2.308	896
Outras contas a pagar - partes relacionadas		(12.113)	-	-	(493)
Liquidação de riscos fiscais e trabalhistas	16	-	-	(1.603)	(951)
Juros pagos por empréstimos e financiamentos		-	-	(56.353)	(15.855)
Outras contas a pagar		84	-	3.153	1.200
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades operacionais		<u>(11.971)</u>	<u>183</u>	<u>(15.542)</u>	<u>(5.832)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE INVESTIMENTO					
Aumento de capital em controlada	10	(2.887)	(10)	-	-
Aquisição de imobilizado		-	-	(38.404)	(104.204)
Caixa líquido aplicado nas atividades de investimento		<u>(2.887)</u>	<u>(10)</u>	<u>(38.404)</u>	<u>(104.204)</u>
FLUXO DE CAIXA DAS ATIVIDADES DE FINANCIAMENTO					
Captação de financiamentos		-	-	149.626	416.239
Pagamento de financiamentos		-	-	(144.371)	(344.831)
Operação "risco sacado"	12	-	-	9.185	5.181
Aumento de capital em dinheiro	17	15.000	-	15.000	-
Caixa líquido gerado pelas (aplicado nas) atividades de financiamento		<u>15.000</u>	<u>-</u>	<u>29.440</u>	<u>76.589</u>
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>142</u>	<u>173</u>	<u>(24.506)</u>	<u>(33.447)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício		182	9	45.258	78.705
Caixa e equivalentes de caixa no fim do exercício		324	182	20.752	45.258
AUMENTO (REDUÇÃO) LÍQUIDO(A) DO SALDO DE CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA		<u>142</u>	<u>173</u>	<u>(24.506)</u>	<u>(33.447)</u>
INFORMAÇÃO SUPLEMENTAR					
Imposto de renda e contribuição social pagos		-	-	7.577	3.669

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.

AETÉ PARTICIPAÇÕES S.A.

NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS PARA O EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2013

(Valores expressos em milhares de reais - R\$, exceto quando de outra forma indicado)

1. CONTEXTO OPERACIONAL

A Aeté Participações S.A. (“Companhia”) é uma sociedade anônima de capital fechado, constituída em 21 de junho de 2004, domiciliada no Brasil, e sua sede está localizada na Avenida Dr. Francisco Mesquita, 1.575, cidade de São Paulo, Estado de São Paulo. A Companhia tem como principal objeto social a participação em outras sociedades.

A Companhia apresenta as demonstrações financeiras consolidadas abrangendo a consolidação das suas demonstrações financeiras e as das controladas Armco do Brasil S.A. e Alliance Steel Comércio, Representações e Consultoria Ltda. A Companhia investe também nas empresas ADB Aços Relaminados Ltda. e Stripsteel Indústria e Comércio de Fitas de Aço Ltda., das quais mantêm controle indireto através de sua controlada Armco do Brasil S.A. (notas explicativas nº 3 e nº 10).

Os negócios em que a Companhia investe através de suas controladas diretas e indiretas têm por objeto social o beneficiamento de aço plano, por meio de processos de laminação a frio, tratamento térmico e superfície com revestimento de metais não ferrosos, bem como operações correlatas e prestação de serviços, com atuação tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Conforme descrito nas notas explicativas nº 9, nº 11 e nº 14, no dia 23 de fevereiro de 2011, a controlada indireta da Companhia, ADB Aços Relaminados Ltda., emitiu uma Cédula de Crédito Imobiliário - CCI, no montante de R\$100.186, negociada por meio da Brazilian Securities Companhia de Securitização, com prazo para pagamento de sete anos, com encargos financeiros de 11% ao ano mais variação da Taxa Referencial - TR. A captação desse recurso estava vinculada à construção de uma nova planta industrial, para laminação de aços planos, no terreno da Armco do Brasil S.A. localizado no município de Jacareí, Estado de São Paulo. Essa operação foi paga antecipadamente, em novembro de 2013, por decisão da Administração, com recursos oriundos da operação de 1ª Emissão de Debêntures, conforme nota explicativa nº 14.(k).

2. APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS E PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil - BR GAAP.

As práticas contábeis adotadas no Brasil compreendem aquelas incluídas na legislação societária brasileira e os pronunciamentos técnicos e as orientações e as interpretações técnicas emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis - CPC e aprovados pelo Conselho Federal de Contabilidade - CFC.

Conforme facultado pela Resolução CFC nº 1.162/09, a Companhia decidiu por não apresentar a demonstração do valor adicionado.

Como não existe diferença entre o patrimônio líquido consolidado e o resultado consolidado atribuíveis aos acionistas da controladora, constantes nas demonstrações financeiras consolidadas preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, e o patrimônio líquido e o resultado da controladora, constantes nas demonstrações financeiras individuais preparadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, a Companhia optou por apresentar essas demonstrações financeiras individuais e consolidadas em um único conjunto, lado a lado.

As demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico, exceto por determinados instrumentos financeiros mensurados pelos seus valores justos, conforme descrito nas práticas contábeis a seguir. O custo histórico geralmente é baseado no valor justo das contraprestações pagas em troca de ativos.

As principais práticas contábeis adotadas na preparação das demonstrações financeiras estão descritas a seguir:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Incluem os montantes de caixa, os fundos disponíveis em contas bancárias de livre movimentação e as aplicações financeiras, que são representadas por investimentos temporários de liquidez imediata (até 90 dias), registrados ao custo, acrescido dos rendimentos auferidos até as datas dos balanços, com riscos insignificantes de mudança em seu valor de mercado ou de realização.

b) Contas a receber de clientes

Registradas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos.

c) Provisão para créditos de liquidação duvidosa

Constituída com base na análise dos riscos de realização dos créditos a receber, sendo considerada suficiente pela Administração da Companhia para cobrir eventuais perdas na realização desses créditos.

d) Estoques

Registrados pelo custo médio de aquisição e/ou fabricação, ajustados ao valor de realização, quando aplicável. Para os itens considerados obsoletos, ou de giro baixo, é constituída provisão para obsolescência, considerando sua futura utilização.

e) Investimentos

Representados por investimentos em empresas controladas, avaliados pelo método de equivalência patrimonial. Quando aplicável, é constituída provisão para perdas para aquelas controladas que apresentam valor de passivo a descoberto (patrimônio líquido negativo).

f) Imobilizado

Apresentado pelo custo de aquisição, líquido da depreciação acumulada calculada pelo método linear, e deduzido, quando aplicável, de provisão para realização dos bens cuja geração futura de caixa se mostra menor do que o valor residual contábil do ativo.

As operações de arrendamento mercantil com características de financiamento (“leasing” financeiro) são registradas como financiamento, sendo o custo de aquisição dos bens registrado no imobilizado. Os encargos financeiros incidentes sobre o saldo devedor são acrescidos à rubrica “Empréstimos e financiamentos” e debitados ao resultado do exercício.

Terrenos, edificações, imobilizações em andamento, móveis e utensílios e equipamentos estão demonstrados ao valor de custo, deduzidos de depreciação e perda por redução ao valor recuperável acumuladas, quando aplicável.

A depreciação, conforme as taxas mencionadas na nota explicativa nº 11, é reconhecida com base na vida útil estimada de cada ativo pelo método linear, de modo que o valor do custo menos o seu valor residual após sua vida útil seja integralmente baixado (exceto para terrenos e construções em andamento). A vida útil estimada, os valores residuais e os métodos de depreciação foram revisados pela Companhia nas datas dos balanços; porém, os efeitos da mudança nas estimativas não foram contabilizados, em virtude de os efeitos patrimoniais serem considerados não materiais pela Administração da Companhia e de suas controladas.

Os ativos mantidos por meio de arrendamento financeiro são depreciados pela vida útil esperada, da mesma forma que os ativos próprios, ou por um período inferior, se aplicável, conforme termos do contrato de arrendamento em questão.

Um item do imobilizado é baixado após alienação ou quando não há benefícios econômicos futuros resultantes do uso contínuo do ativo. Quaisquer ganhos ou perdas na venda ou baixa de um item do imobilizado são determinados pela diferença entre os valores recebidos na venda e o valor contábil do ativo e são reconhecidos no resultado.

g) Passivos circulante e não circulante

Demonstrados por valores conhecidos ou estimáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações cambiais e monetárias incorridos até as datas dos balanços.

h) Empréstimos e financiamentos

Atualizados monetariamente até as datas dos balanços pelas variações cambiais e monetárias e pelos encargos financeiros incorridos, conforme previsto contratualmente.

i) Imposto de renda e contribuição social

As despesas de imposto de renda e contribuição social do exercício compreendem os impostos correntes e diferidos. Os impostos são reconhecidos na demonstração do resultado, exceto na proporção em que estiverem relacionados a itens reconhecidos diretamente no patrimônio líquido ou no resultado abrangente. Nesse caso, os impostos também são reconhecidos no patrimônio líquido ou no resultado abrangente.

O encargo de imposto de renda e contribuição social correntes é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, nas datas dos balanços. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de imposto de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações e, quando apropriado, estabelece provisões com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais.

Os impostos diferidos são reconhecidos usando o método do passivo sobre as diferenças temporárias decorrentes de diferenças entre as bases fiscais de ativos e passivos e os seus valores contábeis nas demonstrações financeiras.

Impostos diferidos ativos são reconhecidos sobre os prejuízos fiscais de imposto de renda, base negativa de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras, na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável seja suficiente para absorver esses créditos tributários. Essa avaliação é efetuada com base em estimativas de resultados futuros, elaboradas e fundamentadas em premissas internas e em cenários econômicos futuros que podem, portanto, sofrer alterações.

Os impostos diferidos ativos e passivos são compensados quando há um direito exequível legalmente de compensar os ativos fiscais correntes contra os passivos fiscais correntes ou quando há intenção de liquidar os saldos em uma base líquida.

Adicionalmente, a controlada da Armco, Aços da Amazônia Ltda., reconhece o incentivo fiscal denominado “Lucro da exploração” na rubrica “Despesas com imposto de renda e contribuição social”, o qual, após o trânsito do incentivo fiscal no resultado, é destinado à rubrica “Reserva de capital - incentivos fiscais”, conforme determinado no pronunciamento técnico CPC 07 - Subvenção e Assistência Governamentais.

j) Provisões para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis

As provisões são reconhecidas para obrigações presentes (legal ou presumida) resultantes de eventos passados, em que seja possível estimar os valores de forma confiável e cuja liquidação seja provável.

O valor reconhecido como provisão é a melhor estimativa das considerações requeridas para liquidar a obrigação nas datas dos balanços, considerando-se os riscos e as incertezas relativos à obrigação. Quando a provisão é mensurada com base nos fluxos de caixa estimados para liquidar a obrigação, seu valor contábil corresponde ao valor presente desses fluxos de caixa (em que o efeito do valor temporal do dinheiro é relevante).

Quando alguns ou todos os benefícios econômicos requeridos para a liquidação de uma provisão são esperados serem recuperados de um terceiro, um ativo é reconhecido se, e somente se, o reembolso for virtualmente certo e o valor puder ser mensurado de forma confiável.

k) Juros sobre o capital próprio

Os juros sobre o capital próprio pagos ou a pagar são originalmente contabilizados no resultado como despesa financeira, sendo posteriormente revertidos na apuração do lucro líquido do exercício e demonstrados como destinação dos lucros acumulados na demonstração das mutações do patrimônio líquido, como dividendos pagos ou a pagar, segundo a essência da operação.

O benefício fiscal dos juros sobre o capital próprio é reconhecido na demonstração do resultado, na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes”.

Reconhecimento de receitas

A receita é mensurada pelo valor justo da contrapartida recebida ou a receber, deduzida de quaisquer estimativas de devoluções, descontos comerciais e/ou bonificações concedidos ao comprador e outras deduções similares.

Vendas de produtos

A receita de vendas de produtos é reconhecida quando todas as seguintes condições forem satisfeitas:

- A Companhia transferiu ao comprador os riscos e benefícios significativos relacionados à propriedade dos produtos.
- A Companhia não mantém envolvimento continuado na gestão dos produtos vendidos em grau normalmente associado à propriedade nem controle efetivo sobre tais produtos.
- O valor da receita pode ser mensurado com confiabilidade.
- É provável que os benefícios econômicos associados à transação fluirão para a Companhia.
- Os custos incorridos ou a serem incorridos relacionados à transação podem ser mensurados com confiabilidade.

Mais especificamente, a receita de venda de produtos é reconhecida quando os produtos são entregues e a titularidade legal é transferida.

1) Estimativas contábeis

Na aplicação das práticas contábeis descritas anteriormente, a Administração deve fazer julgamentos e elaborar estimativas a respeito dos valores contábeis dos ativos e passivos, os quais não são facilmente obtidos de outras fontes. As estimativas e as respectivas premissas estão baseadas na experiência histórica e em outros fatores considerados relevantes. Os resultados efetivos podem diferir dessas estimativas.

As estimativas e premissas subjacentes são revisadas continuamente. Os efeitos decorrentes das revisões feitas às estimativas contábeis são reconhecidos no exercício em que as estimativas são revisadas, se a revisão afetar apenas esse exercício, ou também em exercícios posteriores, se a revisão afetar tanto o exercício presente quanto exercícios futuros.

Os principais itens sujeitos a julgamentos na aplicação das práticas contábeis são a determinação da vida útil de bens do imobilizado para fins de depreciação, a provisão para créditos de liquidação duvidosa, as projeções para avaliação da realização do saldo de impostos diferidos e as provisões necessárias às contingências, entre outros.

m) Instrumentos financeiros derivativos

Ativos e passivos financeiros

- Ativos financeiros

São classificados nas seguintes categorias: (i) pelo valor justo por meio do resultado; (ii) mantidos até o vencimento; (iii) empréstimos e recebíveis; e (iv) disponíveis para venda. A classificação depende da natureza e do propósito dos ativos financeiros e é determinada no reconhecimento inicial.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado

Ativos financeiros são mensurados pelo valor justo por meio do resultado quando são mantidos para negociação ou, no momento do reconhecimento inicial, são designados pelo valor justo por meio do resultado. Um ativo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- É adquirido principalmente para o propósito de venda em prazo muito curto.
- É parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão recente real de lucros no curto prazo.
- É um derivativo que não é designado e efetivo como instrumento de “hedge” em uma contabilização de “hedge”.

Um ativo financeiro que não seja mantido para negociação pode ser designado ao valor justo por meio de lucros e perdas no reconhecimento inicial quando:

- Essa designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência surgida em sua mensuração ou seu reconhecimento.
- For parte de um grupo administrado de ativos ou passivos financeiros ou ambos, seu desempenho for avaliado com base no valor justo de acordo com a gestão dos riscos ou a estratégia de investimento documentada pela Companhia e as respectivas informações forem fornecidas internamente com a mesma base.
- For parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e o pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração permitir que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio de lucros ou perdas.

Ativos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são avaliados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado do exercício. Ganhos ou perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam os dividendos ou juros auferidos pelo ativo financeiro.

(ii) Mantidos até o vencimento

Ativos financeiros com pagamentos fixos ou determináveis e datas de vencimento fixas e que a Companhia tenha a intenção e habilidade de manter até o vencimento são classificados nessa categoria. Ativos financeiros mantidos até o vencimento são mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perdas do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método dos juros efetivos.

(iii) Empréstimos e recebíveis

São ativos financeiros que têm pagamentos fixos ou determináveis e não são cotados em um mercado ativo, sendo mensurados pelo custo amortizado utilizando-se o método dos juros efetivos, deduzido de provisão para perda do valor recuperável (“impairment”). A receita com juros é reconhecida aplicando-se o método da taxa de juros efetiva.

(iv) Disponíveis para venda

Ativos financeiros disponíveis para venda são aqueles que não são derivativos e que são designados como disponíveis para venda ou não são classificados nas categorias apresentadas anteriormente.

Os ativos financeiros disponíveis para venda são mensurados pelo seu valor justo. Os juros, a correção monetária e a variação cambial, quando aplicável, são reconhecidos no resultado, quando incorridos. As variações decorrentes da avaliação ao valor justo são reconhecidas em rubrica específica do patrimônio líquido quando incorridas, sendo baixadas para o resultado do exercício no momento em que são realizadas em caixa ou consideradas não recuperáveis.

Método da taxa de juros efetiva

É o método de calcular o custo amortizado de um ativo ou passivo financeiro e alocar a receita ou despesa dos juros durante o exercício relevante. A taxa de juros efetiva é aquela que desconta exatamente os recebimentos ou pagamentos futuros estimados de caixa (incluindo todas as taxas pagas ou recebidas que formam parte integral da taxa de juros efetiva, custos de transação e outros prêmios ou descontos), por meio da vida esperada do ativo financeiro ou, quando apropriado, por um período menor.

- Passivos financeiros

São classificados como: (i) pelo valor justo por meio do resultado; ou (ii) outros passivos financeiros.

(i) Pelo valor justo por meio do resultado

São classificados nessa categoria os passivos financeiros mantidos para negociação ou quando mensurados pelo valor justo por meio do resultado.

Um passivo financeiro é classificado como mantido para negociação quando:

- For incorrido principalmente com o propósito de recompra em futuro próximo.
- For parte de uma carteira identificada de instrumentos financeiros que a Companhia administra em conjunto e que tenha um padrão realizado de lucros no curto prazo.
- For um derivativo que não esteja designado como um instrumento de “hedge” efetivo.

Passivos financeiros que não sejam classificados como mantidos para negociação podem ser designados como valor justo por meio do resultado no reconhecimento inicial quando:

- Tal designação eliminar ou reduzir significativamente uma inconsistência na mensuração ou no reconhecimento que poderia surgir.
- Compuserem parte de um grupo de ativos ou passivos financeiros ou de ambos, que seja administrado e cuja performance seja avaliada com base em seu valor justo, de acordo com a administração de risco documentada ou a estratégia de investimento da Companhia, e as informações sobre esse grupo forem fornecidas nessa base internamente.
- Formarem parte de um contrato contendo um ou mais derivativos embutidos e permitirem que o contrato combinado como um todo (ativo ou passivo) seja designado ao valor justo por meio de lucros ou perdas.

Passivos financeiros pelo valor justo por meio do resultado são demonstrados ao valor justo, com ganhos ou perdas reconhecidos no resultado. Os ganhos ou as perdas líquidos reconhecidos no resultado incorporam quaisquer juros pagos derivados do passivo financeiro.

(ii) Outros passivos financeiros

São inicialmente mensurados ao valor justo, líquido dos custos da transação e, subsequentemente, mensurados pelo custo amortizado usando-se o método dos juros efetivos, sendo as despesas com juros reconhecidas com base no rendimento. O método dos juros efetivos é um método que calcula o custo amortizado de um passivo e aloca as despesas com juros durante o período relevante.

A taxa de juros efetiva é a taxa que desconta exatamente pagamentos estimados futuros de caixa por meio da vida esperada do passivo financeiro ou, quando aplicável, por um período menor.

Instrumentos financeiros derivativos e atividades de “hedge”

Inicialmente, os derivativos são reconhecidos pelo valor justo na data em que um contrato de derivativos é celebrado e são, subsequentemente, remensurados ao seu valor justo. O método para reconhecer o ganho ou a perda resultante depende do fato de o derivativo ser designado ou não como um instrumento de “hedge”. Sendo esse o caso, o método depende da natureza do item que está sendo protegido por “hedge”. A Companhia designa certos derivativos como:

- “Hedge” de um risco específico associado a um ativo ou passivo reconhecido ou uma operação prevista altamente provável (“hedge” de fluxo de caixa).

A Companhia documenta, no início da operação, a relação entre os instrumentos de “hedge” e os itens protegidos por “hedge”, assim como os objetivos da gestão de risco e a estratégia para a realização de várias operações de “hedge”. A Companhia também documenta sua avaliação, tanto no início do “hedge” quanto de forma contínua, de que os derivativos usados nas operações de “hedge” são altamente eficazes na compensação de variações no valor justo ou nos fluxos de caixa dos itens protegidos por “hedge”.

“Hedge” de fluxo de caixa

A parcela efetiva das variações no valor justo de derivativos designados e qualificados como “hedge” de fluxo de caixa é reconhecida no patrimônio líquido, enquanto não realizada. O ganho ou a perda relacionados à parcela não efetiva são imediatamente reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados e transferidos para a demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por “hedge” afetar o resultado (por exemplo, quando ocorrer a venda prevista que é protegida por “hedge”). O ganho ou a perda relacionados à parcela efetiva dos “swaps” de taxa de juros que protege os empréstimos com taxas variáveis são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica “Despesas financeiras, líquidas”. O ganho ou a perda relacionados à parcela não efetiva são reconhecidos na demonstração do resultado, na rubrica “Outras receitas (despesas), líquidas”. Entretanto, quando a operação protegida por “hedge” prevista resultar no reconhecimento de um ativo não financeiro (por exemplo, estoques ou ativos fixos), os ganhos e as perdas previamente diferidos no patrimônio líquido são transferidos do patrimônio líquido e incluídos na mensuração inicial do custo do ativo. Os valores diferidos são, finalmente, reconhecidos no custo dos produtos vendidos, no caso dos estoques, ou na depreciação, no caso dos ativos imobilizados.

Quando um instrumento de “hedge” prescreve ou é vendido, ou quando um “hedge” não atende mais aos critérios de contabilização de “hedge”, todo ganho ou perda cumulativa existente no patrimônio líquido naquele momento permanece no patrimônio e é reconhecido quando a operação prevista é finalmente reconhecida na demonstração do resultado. Quando não se espera mais que uma operação prevista ocorra, o ganho ou a perda acumulada que havia sido apresentado no patrimônio líquido é imediatamente transferido para a demonstração do resultado, na rubrica “Resultado financeiro”.

n) Normas novas e alterações e interpretações de normas que ainda não estão em vigor

As normas e alterações das normas existentes a seguir foram publicadas e são obrigatórias para os períodos iniciados após 31 de dezembro de 2013. Todavia, não houve adoção antecipada dessas normas e alterações de normas por parte da Companhia.

Norma	Principais exigências	Data de entrada em vigor
IFRS 9 - Instrumentos Financeiros	Emitida em novembro de 2009 e alterada em outubro de 2010, introduz novas exigências para a classificação, mensuração e baixa de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2015.
Alterações à IFRS 10 - Demonstrações Financeiras Consolidadas	Fornece esclarecimentos sobre a definição de entidades de investimento e novas exigências de divulgação para essas entidades.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014.
Alterações à IAS 32 - Compensação de Ativos e Passivos Financeiros	Fornece esclarecimentos sobre a aplicação das regras para compensação de ativos e passivos financeiros.	Aplicável a exercícios com início em ou após 1º de janeiro de 2014. A aplicação deve ser retroativa.

Considerando as operações da Companhia, a Administração não espera que essas novas normas, interpretações e alterações tenham um efeito relevante sobre as demonstrações financeiras a partir de sua adoção.

O CPC ainda não editou os respectivos pronunciamentos e modificações correlacionados às “International Financial Reporting Standards - IFRSs” novas e revisadas apresentadas anteriormente. Em decorrência do compromisso de o CPC e o CFC manterem atualizado o conjunto de normas emitidas com base nas atualizações feitas pelo “International Accounting Standards Board - IASB”, é esperado que esses pronunciamentos e modificações sejam editados pelo CPC e aprovados pelo CFC até a data de sua aplicação obrigatória.

3. DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS CONSOLIDADAS

As demonstrações financeiras utilizadas no processo de consolidação são elaboradas com base nas práticas contábeis descritas anteriormente e incluem as demonstrações financeiras da Companhia e de suas controladas mencionadas a seguir, tendo sido preparadas de acordo com os seguintes critérios: (a) eliminação dos saldos entre as empresas consolidadas; (b) eliminação dos investimentos da controladora contra o respectivo patrimônio líquido, conforme o caso, da empresa investida; (c) eliminação das receitas e despesas decorrentes de negócios entre as empresas consolidadas; e (d) eliminação do lucro nos estoques, quando aplicável, oriundo de vendas entre as empresas consolidadas.

As participações em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 nas controladas são como segue:

	%	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Participação direta:		
Armco do Brasil S.A. (“Armco do Brasil”)	96,92	96,92
Alliance Steel Comércio, Representações e Consultoria Ltda. (“Alliance”)	99,82	99,82
Participação indireta (consolidadas pela controlada Armco do Brasil S.A.):		
ADB Aços Relaminados Ltda. (“ADB”)	0,06	0,06
Stripsteel Indústria e Comércio de Fitas de Aço Ltda. (“Stripsteel”)	0,21	0,21

4. CAIXA E EQUIVALENTES DE CAIXA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e bancos	324	182	9.607	11.041
Certificados de Depósito Bancário - CDBs (*)	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.145</u>	<u>34.217</u>
Total	<u>324</u>	<u>182</u>	<u>20.752</u>	<u>45.258</u>

(*) As aplicações financeiras em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 correspondem a investimentos indexados à variação do Certificado de Depósito Interbancário - CDI. As taxas pactuadas remuneram esses investimentos em aproximadamente 102% da variação do CDI, com possibilidade de resgate a qualquer momento, sem riscos de mudanças significativas no seu valor contábil.

5. CONTAS A RECEBER DE CLIENTES

	Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Clientes:		
Mercado interno	54.441	74.062
Mercado externo	<u>2.944</u>	<u>1.313</u>
	57.385	75.375
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	<u>(7.052)</u>	<u>(4.651)</u>
Total	<u>50.333</u>	<u>70.724</u>

A seguir, estão demonstrados os saldos de contas a receber do mercado interno por idade de vencimento:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
A vencer	45.764	60.551
Vencidos:		
Até 30 dias	2.850	9.903
De 31 a 60 dias	968	1.538
De 61 a 90 dias	731	166
De 91 a 180 dias	860	198
Há mais de 181 dias	<u>3.268</u>	<u>1.706</u>
Total	<u>54.441</u>	<u>74.062</u>

O prazo médio de crédito na venda de produtos é de 45 dias e não são cobrados juros sobre as contas a receber.

Movimentação na provisão para créditos de liquidação duvidosa

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Saldo no início do exercício	(4.651)	(5.487)
Reversão (provisão) para créditos de liquidação duvidosa	<u>(2.401)</u>	<u>836</u>
Saldo no fim do exercício	<u>(7.052)</u>	<u>(4.651)</u>

Para determinar a recuperação das contas a receber de clientes, a Companhia considera qualquer mudança na qualidade de crédito do cliente, da data em que o crédito foi inicialmente concedido até as datas dos balanços. A concentração do risco de crédito é limitada, porque a base de clientes é abrangente e não há relação entre os clientes.

6. ESTOQUES

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Produtos acabados	21.055	26.678
Produtos em elaboração	13.779	12.258
Matérias-primas	27.011	37.136
Peças para reposição e acessórios	12.280	12.985
Estoque em trânsito	8.538	3.798
Adiantamento a fornecedores	1.597	3.383
Provisão para obsolescência	<u>(140)</u>	<u>(80)</u>
Total	<u>84.120</u>	<u>96.158</u>

A provisão para perdas de estoques é constituída com base no montante considerado suficiente pela Administração e refere-se aos itens que não apresentaram quantidades vendidas durante o período superior a 730 dias anteriores às datas dos balanços.

A Administração espera que os estoques sejam recuperados em um período inferior a 12 meses.

7. IMPOSTOS A RECUPERAR

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Antecipações de imposto de renda e contribuição social	1.979	5.121
Imposto sobre Produtos Industrializados – IPI	3.933	2.487
Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços – ICMS	6.398	6.936
Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social - COFINS	812	1.200
Programa de Integração Social – PIS	207	290
Imposto de Renda Retido na Fonte – IRRF	<u>1.632</u>	<u>604</u>
Total	<u>14.961</u>	<u>16.638</u>
Ativo circulante	13.920	15.067
Ativo não circulante	<u>1.041</u>	<u>1.571</u>
Total	<u>14.961</u>	<u>16.638</u>

A Companhia tem avaliado periodicamente a evolução desses créditos acumulados de impostos e a provisão para perdas necessárias, objetivando o seu aproveitamento.

8. APLICAÇÕES FINANCEIRAS RESTRITAS

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Aplicações financeiras CDB - garantia empréstimo - IFC (*)	9.513	9.048
Outras aplicações financeiras restritas	<u>-</u>	<u>769</u>
Total	<u>9.513</u>	<u>9.817</u>

(*) Em agosto de 2011, a Companhia renegociou algumas cláusulas contratuais do contrato de empréstimo com o Banco International Finance Corporation - IFC (nota explicativa nº 14), e, como resultado dessa renegociação, foi requerida pelo Banco IFC uma aplicação financeira no montante de R\$8.000 (equivalente a US\$4.200 mil). Essa aplicação financeira é remunerada pela variação do CDI e somente poderá ser resgatada com a liquidação da dívida em julho de 2015.

9. SALDOS E TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS

a) Contas patrimoniais

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Ativo circulante-				
Empréstimos de partes relacionadas (i)				
Kess Participações Ltda	4.456	1.927	4.456	1.927
Jubilee Participações Ltda	4.726	2.044	4.726	2.044
Feditália Participações Ltda	<u>4.456</u>	<u>1.927</u>	<u>4.456</u>	<u>1.927</u>
Total	<u>13.638</u>	<u>5.898</u>	<u>13.638</u>	<u>5.898</u>
Passivo não circulante-				
Outras contas a pagar- (ii)				
Armco do Brasil S.A.	-	12.113	-	-
Total	<u>-</u>	<u>12.113</u>	<u>-</u>	<u>-</u>

b) Transações com partes relacionadas

	<u>Controladora</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
	<u>Receitas operacionais</u>	
Armco do Brasil S.A. (iii)	8.467	5.454
ADB Aços Relaminados Ltda. (iii)	705	1.000
Total	<u>9.172</u>	<u>6.454</u>

- (i) Refere-se a contrato de mútuo com os acionistas. Esses contratos são remunerados à Taxa de Juros de Longo Prazo – TJLP e não possui prazo de vencimento.
- (ii) Refere-se a contas a pagar para a controlada Armco do Brasil S.A. Em 29 de abril de 2013, esses saldos foram liquidados por meio de aporte de capital em dinheiro para a controlada.
- (iii) Refere-se a aluguel pago pelos terrenos e edificações nos quais estão instaladas as fábricas da Armco do Brasil S.A. e da ADB Aços Relaminados Ltda. O contrato de aluguel foi renovado em agosto de 2013 por um período de 30 meses, podendo ser renovado por iguais períodos, desde que assim seja acordado entre as partes. O valor mensal do aluguel é de R\$949, reajustável, anualmente, conforme definido no contrato de locação.

Remuneração aos dirigentes

O pessoal-chave da Administração inclui os conselheiros, diretores e membros do Comitê Administrativo. A remuneração total do ano, incluindo ordenados, encargos sociais e bônus, foi de R\$2.838 (R\$3.143 em 2012), no consolidado.

10. INVESTIMENTOS

Informações sobre as controladas

<u>Controladas</u>	<u>Valor contábil do investimento</u>		<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>		<u>Participação - %</u>		<u>Patrimônio líquido</u>		<u>Lucro (Prejuízo) líquido</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Armco do Brasil										
(a)	136.805	171.969	(42.032)	(21.789)	96,92	96,92	141.153	177.434	(43.368)	(22.481)
Alliance (b)	357	311	3.711	2.677	99,82	99,82	358	312	3.718	2.682
ADB (c)	93	23	8	13	0,06	0,06	154.335	38.638	13.984	21.003
Stripsteel (d)	<u>11</u>	<u>13</u>	<u>4</u>	<u>4</u>	0,21	0,21	5.244	6.268	1.978	2.018
Total	<u>137.266</u>	<u>172.316</u>	<u>(38.309)</u>	<u>(19.095)</u>						

Movimentação dos investimentos em controladas

<u>Controladas</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>	<u>Distribuição de dividendos</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Saldo em 31/12/2013</u>
Armco do Brasil (a)	171.969	-	(42.032)	3.981	2.887	136.805
Alliance (b)	311	(3.665)	3.711	-	-	357
ADB (c)	23	-	8	62	-	93
Stripsteel (d)	<u>13</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>(6)</u>	<u>-</u>	<u>11</u>
Total	<u>172.316</u>	<u>(3.665)</u>	<u>(38.309)</u>	<u>4.037</u>	<u>2.887</u>	<u>137.266</u>

<u>Controladas</u>	<u>Saldo em 31/12/2011</u>	<u>Distribuição de dividendos</u>	<u>Resultado de equivalência patrimonial</u>	<u>Outros resultados abrangentes</u>	<u>Aumento de capital</u>	<u>Saldo em 31/12/2012</u>
Armco do Brasil (a)	192.121	(1.320)	(21.789)	2.957	-	171.969
Alliance (b)	-	(2.376)	2.677	-	10	311
ADB (c)	10	-	13	-	-	23
Stripsteel (d)	<u>9</u>	<u>-</u>	<u>4</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>13</u>
Total	<u>192.140</u>	<u>(3.696)</u>	<u>(19.095)</u>	<u>2.957</u>	<u>10</u>	<u>172.316</u>

- (a) A Armco do Brasil S.A., sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, tem por objetivo o beneficiamento de aço plano, por meio de processos de laminação a frio, tratamento térmico e superfície com revestimento de metais não ferrosos. Em 29 de abril de 2013, houve aumento de capital no montante de R\$2.887 em dinheiro. Em 30 de dezembro de 2012, foi distribuído o montante de R\$1.320, a título de dividendos, à controladora.
- (b) A Alliance Steel Comércio, Representações e Consultoria Ltda., sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, foi constituída em 05 de outubro de 2011 com o objetivo de fornecer serviços de consultoria principalmente para a controlada da Companhia Armco do Brasil S.A. Em 2013 e 2012, foram distribuídos dividendos no montante de R\$3.665 e R\$2.376, respectivamente.
- (c) A ADB Aços Relaminados Ltda., sediada na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, atua na laminação de aços planos a frio e industrialização por encomenda.
- (d) A Stripsteel Indústria e Comércio de Fitas de Aço Ltda., sediada no município de São Bernardo do Campo, Estado de São Paulo, fornece fitas de aço com alto teor de carbono ou inoxidáveis.

11. IMOBILIZADO

	Taxa anual média de depreciação - %	Controladora			
		2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	7.680	-	7.680	7.680
Edifícios e construções	10	5.494	(2.874)	2.620	2.838
Benfeitorias em imóveis de terceiros	10	<u>130</u>	<u>(44)</u>	<u>86</u>	<u>99</u>
Total		<u>13.304</u>	<u>(2.918)</u>	<u>10.386</u>	<u>10.617</u>

	Taxa anual média de depreciação - %	Consolidado			
		2013		2012	
		Custo	Depreciação acumulada	Líquido	Líquido
Terrenos	-	17.835	-	17.835	9.530
Edifícios e construções	4	105.029	(5.607)	99.422	2.838
Benfeitorias em imóveis de terceiros	4	3.678	(3.440)	238	7.342
Máquinas e equipamentos	10	231.150	(130.277)	100.873	40.917
Móveis e utensílios	10	3.175	(2.325)	850	1.037
Veículos	20	1.916	(1.202)	714	978
Equipamentos de informática	20	4.710	(4.222)	488	844
Construção em andamento	-	71.932	-	71.932	95.773
Arrendamento mercantil financeiro (*)	-	-	-	-	101.641
Adiantamento a fornecedores	-	<u>2.664</u>	<u>-</u>	<u>2.664</u>	<u>4.940</u>
Total		<u>442.089</u>	<u>(147.073)</u>	<u>295.016</u>	<u>265.840</u>

A movimentação do imobilizado está demonstrada a seguir:

	Controladora		Consolidado	
	2013	2012	2013	2012
Saldo no início do exercício	10.617	10.848	265.840	162.056
Adições:				
Terrenos (*)	-	-	8.305	-
Edifícios e construções (*)	-	-	90.491	-
Máquinas e equipamentos	-	-	64.642	4.234
Móveis e utensílios	-	-	5	52
Veículos	-	-	-	379
Benfeitorias em imóveis de terceiros	-	-	-	110
Equipamentos de informática	-	-	6	98
Construção em andamento	-	-	(21.129)	120.155
Adiantamento a fornecedores	-	-	<u>(2.275)</u>	<u>(12.248)</u>
Total das adições	-	-	140.045	112.780
Desmembramento da operação CCI (*)	-	-	(101.641)	-
Baixas líquidas	-	-	(277)	(363)
Depreciações	<u>(231)</u>	<u>(231)</u>	<u>(8.951)</u>	<u>(8.633)</u>
Saldo no fim do exercício	<u>10.386</u>	<u>10.617</u>	<u>295.016</u>	<u>265.840</u>

- (*) No início de 2011, a ADB Aços Relaminados Ltda. realizou uma operação denominada CCI, com o objetivo de obter recursos de terceiros, a fim de viabilizar a construção de uma nova fábrica no município de Jacareí, Estado de São Paulo, para expandir a capacidade de laminação de aço da Armco do Brasil S.A. Para realizar essa operação de CCI, a ADB Aços Relaminados Ltda. celebrou, em fevereiro de 2011, um contrato de aluguel de tal fábrica com a Armco do Brasil S.A., o qual foi determinado como lastro da CCI.

A ADB Aços Relaminados Ltda. comprometeu-se com a Armco do Brasil S.A. em contratar terceiros sob sua responsabilidade para construir, em seu terreno no município de Jacareí, Estado de São Paulo, uma fábrica, conforme especificações definidas pela Armco do Brasil S.A., que será alugada a esta pelo prazo de 85 meses, e também tem o direito à preferência na venda do imóvel caso a ADB Aços Relaminados Ltda. decida por fazê-lo. Em 31 de dezembro de 2013 a construção da referida fábrica já estava totalmente concluída.

O valor do aluguel mensal a ser pago pela Armco do Brasil S.A. à ADB Aços Relaminados Ltda. é de R\$2.657, a partir de março de 2013, corrigido pela variação anual do Índice Geral de Preços de Mercado - IGP-M, contados a partir da data do contrato de locação.

A Administração das Companhias analisou essa operação de arrendamento mercantil e concluiu que tal operação possui características de financiamento (“leasing” financeiro), registrando o custo de aquisição (valor justo na data da aquisição) no imobilizado. Em novembro de 2013 a operação de CCI foi paga antecipadamente, com recursos oriundos da operação de 1ª Emissão de Debêntures, conforme nota explicativa nº 14.(k). Com o desmembramento dessa operação, os saldos de arrendamento mercantil foram baixados e os ativos correspondentes à construção da fábrica em Jacareí reconhecidos nas rubricas “Terrenos” e “Edifícios e construções”.

12. OPERAÇÃO “RISCO SACADO”

A Companhia firmou contrato com o Banco Itaú BBA S.A. e Banco ABC Brasil S.A. para estruturar com os seus principais fornecedores operação denominada “risco sacado”. Nessa operação, os fornecedores transferem o direito de recebimento dos títulos das vendas de matéria-prima à Companhia para os Bancos, que, por sua vez, passará a ser credora da operação. Esse contrato possui limite de R\$25.000 e taxas de aproximadamente 0,84% ao mês.

13. IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL

O imposto de renda e a contribuição social da controladora e das controladas Alliance Steel Comércio, Representações e Consultoria Ltda., Stripsteel Indústria e Comércio de Fitas de Aço Ltda. e ADB Aços Relaminados Ltda. são apurados com base no lucro presumido, aplicando sobre o faturamento o percentual de 8% para o imposto de renda e de 12% para a contribuição social e aplicando sobre o produto desse cálculo as alíquotas mencionadas anteriormente. Em razão da adoção dessa forma de tributar seu lucro, elas não possuem diferenças temporárias nem, conseqüentemente, saldo de imposto de renda e contribuição social diferidos.

O imposto de renda e a contribuição social das controladas Armco do Brasil S.A. e de sua controlada, Aços da Amazônia Ltda., foram calculados com base nos lucros tributáveis apurados de acordo com a legislação vigente. A alíquota do imposto de renda é de 15%, com um adicional de 10% sobre o lucro tributável anual que exceder R\$240. A contribuição social é calculada sobre o lucro tributável à alíquota de 9%. A alíquota combinada é de 34%.

Conforme Laudo Constitutivo do Lucro da Exploração nº 92/09, expedido pela Agência de Desenvolvimento da Amazônia - ADA, a controlada da Armco do Brasil S.A., Aços da Amazônia Ltda., poderá gozar de benefício de redução de 75% do imposto de renda devido, durante um período de dez anos, a partir da expedição de referido Laudo (1º de dezembro de 2009). Conforme mencionado na nota explicativa nº 2, referido benefício, no montante de R\$3.166 em 31 de dezembro de 2013 (R\$3.097 em 31 de dezembro de 2012), é contabilizado na rubrica “Imposto de renda e contribuição social - correntes”.

A reconciliação do imposto de renda e da contribuição social, registrados no resultado do exercício, é a seguinte:

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízo antes do imposto de renda e da contribuição social	(29.547)	(12.976)	(23.291)	(9.411)
Alíquota vigente combinada	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>	<u>34%</u>
Expectativa de receita com imposto de renda e contribuição social, em relação ao prejuízo antes desses impostos, de acordo com a alíquota vigente combinada	10.046	4.412	7.919	3.200
Efeito do imposto de renda e da contribuição social sobre diferenças permanentes:				
Resultado de equivalência patrimonial	13.025	6.492	-	-
Incentivo fiscal - lucro da exploração	-	-	3.166	3.097
Diferença de cálculo referente à tributação com base no lucro presumido - controladora e controladas ADB e Stripsteel	(24.065)	(11.602)	4.064	2.091
Outras diferenças permanentes	-	-	(147)	(594)
Créditos fiscais não reconhecidos	-	-	<u>(23.439)</u>	<u>(12.768)</u>
Despesa líquida contabilizada no exercício	<u>(994)</u>	<u>(698)</u>	<u>(8.437)</u>	<u>(4.974)</u>

a) Imposto de renda e contribuição social diferidos

Os saldos de imposto de renda e contribuição social diferidos ativos e passivos são demonstrados conforme a seguir:

	Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	49.394	34.545
Diferenças temporárias:		
Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis	3.551	3.955
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	2.240	1.015
Provisão para perdas e estoques obsoletos	26	20
Provisão para bônus	487	198
Provisões diversas	200	-
Provisão para energia, água e gás	326	474
Provisão para encargos sobre arrendamento mercantil	-	-
Créditos fiscais não reconhecidos	<u>(28.735)</u>	<u>(12.768)</u>
Total de impostos diferidos ativos sobre diferenças temporárias, prejuízos fiscais e base negativa de contribuição social	<u>27.489</u>	<u>27.439</u>
Instrumentos financeiros - derivativos	<u>(5.701)</u>	<u>(3.760)</u>
Total de impostos diferidos passivos	<u>(5.701)</u>	<u>(3.760)</u>

b) Prejuízos fiscais

Em 31 de dezembro de 2013, a controlada da Companhia, Armco do Brasil S.A., possuía prejuízo fiscal e base negativa de contribuição social no montante de R\$308.947 (R\$218.226 em 31 de dezembro de 2012), sem prazo de prescrição.

Em 2013, a Companhia reavaliou os aspectos de realização do saldo de impostos diferidos, observando a utilização desses ativos com a expectativa de lucros futuros. Também, foi considerado nessa reavaliação o histórico de lucros operacionais gerados em anos anteriores. A Companhia não reconheceu o crédito fiscal diferido referente aos anos 2012 e 2013, no montante de aproximadamente R\$28.735.

14. EMPRÉSTIMOS E FINANCIAMENTOS

	Condições		Consolidado	
	Moeda	Taxa média	2013	2012
“Compror”	R\$	(a)	91.122	88.592
“Pre-export finance”	US\$	(b)	5.049	10.563
Banco Itaú S.A. - capital de giro	R\$	(c)	60	2.106
Banco do Brasil S.A. - capital de giro	R\$	(d)	27.400	20.000
Banco Alfa S.A. - capital de giro	R\$	(e)	3.532	15.745
International Finance Corporation - IFC	US\$	(f)	39.686	41.593
Instrumentos financeiros derivativos realizados a receber	US\$	(g)	(7.616)	(3.589)
Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social - BNDES - Fundo de Financiamento para Máquinas e Equipamentos Industriais - FINAME	R\$	(h)	11.198	11.829
CCI	R\$	(i)	-	128.164
Banco Fibra S.A. - capital de giro	R\$	(j)	10.000	-
Banco do Brasil S.A. - debêntures	R\$	(k)	114.306	-
Arrendamento mercantil	R\$		290	438
Total			<u>295.027</u>	<u>315.441</u>
Parcela circulante			138.380	157.229
Parcela não circulante			<u>156.647</u>	<u>158.212</u>
Total			<u>295.027</u>	<u>315.441</u>

Composição das parcelas de longo prazo, por ano de vencimento

<u>Ano</u>	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
2014	-	36.717
2015	12.166	36.004
2016	32.620	34.110
2017	32.545	34.037
2018	30.047	13.497
2019	23.959	1.399
2020	23.955	1.399
2021	1.355	1.049
Total	<u>156.647</u>	<u>158.212</u>

- (a) Contratado com diversos bancos em moeda nacional, para aquisição de estoques, incidindo sobre o saldo devedor os juros que variam entre 122% e 151% da variação do CDI.
- (b) Contratados em dólar norte-americano, firmados com o Banco Itaú S.A. e Banco Santander S.A., com vencimentos em 2015, incidindo sobre o saldo devedor a variação trimestral “Libor” mais “spread”, que variam entre 3,4% e 3,6% ao ano, conforme características e prazos dos contratos. Esses contratos estão garantidos por avais e pelo fluxo normal das exportações. Para parte substancial dos contratos de “pre-export finance”, no montante de US\$2.125 mil, foram contratadas operações de “swap”, conforme descrito na nota explicativa nº 21.
- (c) Contrato de capital de giro com o Banco Itaú S.A., liquidado em 2013, incidindo sobre o saldo devedor os juros equivalentes ao CDI mais 4,85% ao ano. Esse contrato está garantido por avais emitidos pelos acionistas.
- (d) Contratos de capital de giro com o Banco do Brasil S.A., com vencimento em 2014 e 2017, incidindo sobre o saldo devedor os juros equivalentes ao CDI mais 1,4% e 2,48% ao ano, respectivamente. Esses contratos estão garantidos por avais emitidos pelos acionistas.
- (e) Contratos de capital de giro com o Banco Alfa S.A., com vencimento em 2014, incidindo sobre o saldo devedor os juros equivalentes ao CDI mais juros de 0,298% ao mês. Esses contratos estão garantidos por avais emitidos pelos acionistas.
- (f) Contrato em dólar norte-americano, com o International Finance Corporation - IFC, com vencimento em 2015, incidindo sobre o saldo devedor a variação trimestral “Libor” e os juros equivalentes a 3% ao ano. Esse contrato está garantido por notas promissórias emitidas pela Companhia. Existem condições restritivas definidas no contrato de financiamento firmado pela Companhia. Para as cláusulas contratuais e os compromissos que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2013, três índices não foram atingidos; no entanto, o Banco concedeu perdão de tal compromisso não assumido.

Adicionalmente, durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009, a Companhia contratou operações de “swap” sobre o valor principal do contrato, no montante de US\$25 milhões, conforme descrito na nota explicativa nº 21.

- (g) Contratos de instrumentos financeiros derivativos realizados, registrados pelos seus valores justos e firmados com o Banco Itaú BBA S.A. e Banco Santander S.A. Em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a posição desses instrumentos financeiros apresentava ganho pela variação da taxa de câmbio no fechamento.
- (h) Contratos em moeda nacional, com vencimento entre 2014 e 2021, incidindo sobre o saldo devedor os encargos representados pela TJLP mais juros entre 8,7% e 11,2% ao ano. Os contratos estão garantidos por máquinas e equipamentos, cujo saldo residual em 31 de dezembro de 2013 era de R\$11.198.
- (i) Conforme mencionado nas notas explicativas nº 1, nº 9 e nº 10, a controlada ADB Aços Relaminados Ltda. emitiu em 2011 CCI, no montante de R\$100.186, negociada por meio da Brazilian Securities Companhia de Securitização, com prazo para pagamento de sete anos. A captação desse recurso estava vinculada à construção de uma nova planta industrial, para laminação de aços planos da Companhia, em seu terreno localizado no município de Jacareí, Estado de São Paulo. A CCI foi contratada em moeda nacional e estava indexada à variação da TR e juros de 11% ao ano. Essa operação foi paga antecipadamente, em novembro de 2013, por decisão da Administração, com recursos oriundos da operação de 1ª Emissão de Debêntures, descrito no item (k).
- (j) Contrato de capital de giro com o Banco Fibra S.A., com vencimento em 2014, incidindo sobre o saldo devedor os juros equivalentes ao CDI mais 4,85% ao ano. Esse contrato está garantido por avais emitidos pelos acionistas.
- (k) Em 12 de novembro de 2013, a Armco do Brasil S.A. concluiu a 1ª emissão de debêntures simples não conversíveis em ações, da espécie quirografária, no valor total de R\$113.000, com intermediação do Banco do Brasil S.A. e Banco Itaú S.A. O total dos recursos foi destinado ao pagamento da operação CCI, vinculada à construção da fábrica no município de Jacareí, Estado de São Paulo, conforme descrito no item (i) e nota explicativa nº 11. As debêntures possuem valor nominal unitário de R\$10 e são remuneradas a 135% da variação anual da taxa DI. Essa remuneração será paga trimestralmente a partir de fevereiro de 2014 e o principal possui carência de dois anos contados de sua emissão, com vencimento final em 28 de novembro de 2020.

A emissão das debêntures está garantida pela hipoteca dos imóveis de Jacareí e Manaus, além de cessão fiduciária de créditos no valor total de R\$30.000 e direitos sobre os saldos da conta-corrente no Banco do Brasil S.A. Além disso, a controladora é garantidora dessa operação. Existem condições restritivas definidas na emissão das debêntures. Para as cláusulas contratuais e os compromissos que estavam em vigor até 31 de dezembro de 2013, o índice não foi atingido; no entanto, o Banco concedeu perdão de tal compromisso não assumido.

15. TRIBUTOS PARCELADOS A PAGAR

	Consolidado			
	Circulante		Não circulante	
	2013	2012	2013	2012
PIS e COFINS - REFIS III (a)	-	2.035	-	-
SAT - REFIS III (a)	-	551	-	-
PEP - ICMS (b)	368	-	3.998	
Outros	<u>607</u>	<u>797</u>	<u>583</u>	<u>266</u>
Total	<u>975</u>	<u>3.383</u>	<u>4.581</u>	<u>266</u>

- (a) Em 2003, a Companhia aderiu ao Programa de Recuperação Fiscal - REFIS III e parcelou os tributos devidos referentes a PIS, COFINS sobre receitas financeiras e outras referentes ao período de fevereiro de 1999 a fevereiro de 2001 e Seguro de Acidente do Trabalho - SAT sobre a diferença de alíquota de 1% para 3%, não recolhida durante o período de abril de 1999 a março de 2002.

Sobre o saldo do principal dos tributos parcelados mencionados anteriormente incidem juros equivalentes à TJLP, cujo critério de cálculo consiste em aplicar referidos juros somente sobre o montante do principal e não juros sobre os juros.

- (b) Em 10 de setembro de 2013, a Companhia aderiu ao Programa Especial de Parcelamento - PEP para regularização de pendências com a Superintendência da Zona Franca de Manaus - SUFRAMA. O montante total de R\$4.173 foi parcelado para pagamento em 120 parcelas mensais e consecutivas, com o incentivo de redução de juros.

16. PROVISÃO PARA RISCOS FISCAIS, TRABALHISTAS E CÍVEIS

É constituída provisão para riscos quando, na opinião da Administração da Companhia e de suas controladas e de seus assessores legais, o risco de eventual perda é considerado provável, registrada no passivo não circulante, na rubrica “Provisão para riscos fiscais, trabalhistas e cíveis”, demonstrada a seguir:

	Consolidado					
	2013			2012		
	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido	Montante provisionado	Depósitos judiciais	Passivo líquido
Fiscais	11.996	(2.277)	9.719	11.188	(2.737)	8.451
Trabalhistas	2.885	(615)	2.270	3.766	(473)	3.293
Cíveis	<u>545</u>	<u>(44)</u>	<u>501</u>	<u>3.100</u>	<u>(2.599)</u>	<u>501</u>
Total	<u>15.426</u>	<u>(2.936)</u>	<u>12.490</u>	<u>18.054</u>	<u>(5.809)</u>	<u>12.245</u>

Movimentação do montante provisionado

	Consolidado					2013
	2012	Adições	Reversões	Utilizações	Encargos financeiros	
Fiscais	8.451	1.724	(581)	(560)	640	9.674
Trabalhistas	3.293	105	(148)	(1.043)	108	2.315
Cíveis	<u>501</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>501</u>
Total	<u>12.245</u>	<u>1.829</u>	<u>(729)</u>	<u>(1.603)</u>	<u>748</u>	<u>12.490</u>

Adicionalmente, em 31 de dezembro de 2013, as contingências avaliadas pelos assessores legais e pela Administração da Companhia e de suas controladas como risco de perda possível são:

	Possível
Fiscais	3.526
Trabalhistas	54
Cíveis	<u>1.062</u>
Total	<u>4.642</u>

17. CAPITAL SOCIAL

O capital social em 31 de dezembro de 2013 e de 2012 é representado por 12.611.313 ações, com valor nominal de R\$15,46 cada uma, assim distribuídas:

<u>Acionistas</u>	<u>Número de ações</u>	<u>Participação- %</u>
Kess Participações Ltda.	4.119.701	33
Jubilee Participações Ltda.	4.371.911	<u>34</u>
Feditália Participações Ltda.	<u>4.119.701</u>	<u>33</u>
Total	<u>12.611.313</u>	<u>100</u>

As ações ordinárias têm assegurado o direito a voto nas Assembleias Gerais, atribuindo-se a cada uma um voto nas deliberações.

As ações preferenciais não terão direito a voto e receberão dividendo proporcional à participação social que representam, assim como as ações ordinárias. Como compensações pela ausência do direito a voto, as ações preferenciais poderão receber pagamento diferenciado de juros sobre o capital próprio, ou seja, em proporções diferentes da participação social que representam. A deliberação sobre o pagamento de juros sobre o capital próprio em proporções diferentes, conforme autorização mencionada anteriormente, deverá ser aprovada em Assembleia Geral pelos acionistas, representando a maioria do capital votante.

Após as deduções legais e participações previstas em lei, a Assembleia Geral decidirá sobre a distribuição dos lucros. Do lucro líquido do exercício, 5% serão destinados a título de reserva legal. O dividendo mínimo obrigatório é de 25% sobre o lucro líquido de cada exercício, ajustado de acordo com a Lei nº 6.404/76. A Assembleia Geral, por outro lado, mediante o consentimento de todos os acionistas presentes, poderá decidir pela distribuição de dividendo inferior a 25% ou, mesmo, pela retenção de todo o lucro.

A Assembleia Geral Extraordinária, de 13 de julho de 2012, aprovou um aumento de capital no montante de R\$15.200, proveniente de lucros acumulados, sem emissão de novas ações.

A Assembleia Geral Extraordinária, de 29 de abril de 2013, aprovou um aumento de capital no montante de R\$15.000, proveniente de aporte de capital dos acionistas, sem emissão de novas ações.

18. RECEITA OPERACIONAL LÍQUIDA

	Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Vendas brutas de produtos e serviços	657.947	575.191
Impostos incidentes sobre vendas	(139.518)	(116.984)
Devoluções, descontos e abatimentos	<u>(36.721)</u>	<u>(19.856)</u>
Total	<u>481.708</u>	<u>438.351</u>

19. DESPESAS POR NATUREZA

	Controladora		Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Custos variáveis e gastos indiretos de produtos	-	-	(301.842)	(289.986)
Despesas com depreciação	(231)	(231)	(8.951)	(8.633)
Despesas com empregados	-	-	(74.828)	(65.270)
Receitas (despesas) com aluguéis e estruturas	9.011	6.392	(2.359)	(2.496)
Despesas com manutenção e prestação de serviços	-	-	(25.672)	(22.572)
Despesas com energia elétrica	-	-	(7.234)	(11.265)
Equivalência patrimonial	(38.309)	(19.095)	-	-
Outros custos e despesas	<u>(18)</u>	<u>(42)</u>	<u>(44.149)</u>	<u>(24.799)</u>
Custo total das vendas, dos custos de distribuição e das despesas administrativas	<u>(29.547)</u>	<u>(12.976)</u>	<u>(465.035)</u>	<u>(425.021)</u>
Classificadas como:				
Custo dos produtos vendidos	-	-	(410.311)	(379.187)
Despesas operacionais	(29.547)	(12.976)	(54.724)	(45.834)

20. RESULTADO FINANCEIRO

	Consolidado	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Receita com juros e variações monetárias	674	757
Receita com aplicações financeiras	1.960	5.559
Juros sobre empréstimos - moeda nacional	(31.149)	(19.515)
Juros sobre empréstimos - moeda estrangeira	(3.762)	(5.203)
Juros sobre tributos de longo prazo	(3.796)	(1.185)
Despesa de atualização de arrendamento mercantil	-	-
Despesas bancárias	(4.665)	(2.766)
Outras receitas financeiras	2.109	726
Variação cambial, líquida	<u>(1.335)</u>	<u>(1.114)</u>
Total	<u>(39.964)</u>	<u>(22.741)</u>

21. INSTRUMENTOS FINANCEIROS

A Companhia e suas controladas participam de operações envolvendo instrumentos financeiros, todos registrados em contas patrimoniais, que se destinam a atender a suas necessidades operacionais e reduzir a exposição a riscos de moeda e de taxa de juros.

a) Risco de capital

A Companhia administra seu capital, para assegurar que as empresas que pertencem a ela possam continuar com suas atividades normais, ao mesmo tempo em que maximizam o retorno a todas as partes interessadas ou envolvidas em suas operações, por meio da otimização do saldo das dívidas e do patrimônio. A estratégia geral da Companhia permanece inalterada desde 2010.

A estrutura de capital da Companhia é formada pelo endividamento líquido (empréstimos detalhados na nota explicativa nº 14, deduzidos pelo caixa e saldos de bancos) e pelo patrimônio líquido (que inclui capital emitido, reservas e lucros acumulados, conforme apresentado na nota explicativa nº 17).

A Companhia e suas controladas não estão sujeitas a nenhum requerimento externo sobre o capital.

Índice de endividamento

O índice de endividamento nas datas dos balanços é o seguinte:

	<u>Consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Dívida (i)	(309.393)	(320.622)
Caixa e saldos de bancos (inclusive caixa e saldos em grupo de ativos mantidos para venda)	30.265	55.075
Dívida líquida	(279.128)	(265.547)
Patrimônio líquido (ii)	138.354	175.062
Índice de endividamento líquido	2,02	1,52

- (i) A dívida é definida como empréstimos de curto e longo prazos (excluindo derivativos e contratos de garantia financeira), conforme detalhado na nota explicativa nº 14, operação “risco sacado”, conforme detalhado na nota explicativa nº 12, e empréstimos com partes relacionadas, conforme detalhado na nota explicativa nº 9.
- (ii) O patrimônio líquido inclui todo o capital e as reservas da Companhia, gerenciados como capital.

[página intencionalmente deixada em branco]

b) Categorias de instrumentos financeiros

	Consolidado							
	2013			2012				
	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos	Total	Valor justo por meio do resultado	Empréstimos e recebíveis	Outros passivos	Total
<u>Ativos financeiros</u>								
Caixa e equivalentes de caixa	20.752	-	-	20.752	45.258	-	-	45.258
Aplicações financeiras restritas	-	9.513	-	9.513	-	9.817	-	9.817
Contas a receber	-	50.333	-	50.333	-	70.724	-	70.724
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	<u>16.767</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>16.767</u>	<u>11.206</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>11.206</u>
Total	<u>37.519</u>	<u>59.846</u>	<u>-</u>	<u>97.365</u>	<u>56.464</u>	<u>80.541</u>	<u>-</u>	<u>137.005</u>
<u>Passivos financeiros</u>								
Fornecedores	-	-	15.039	15.039	-	-	16.610	16.610
Empréstimos e financiamentos	-	-	309.393	309.393	-	-	320.622	320.622
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>154</u>	<u>-</u>	<u>-</u>	<u>154</u>
Total	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>324.432</u>	<u>324.484</u>	<u>154</u>	<u>-</u>	<u>337.232</u>	<u>337.386</u>

[página intencionalmente deixada em branco]

No encerramento do exercício, não há concentrações significativas de risco de crédito para empréstimos e recebíveis designados ao valor justo por meio do resultado. O valor contábil refletido anteriormente é relativo à exposição máxima da Companhia ao risco de crédito para tais empréstimos e recebíveis.

c) Política de gestão de riscos financeiros

A Companhia e suas controladas possuem e seguem política de gerenciamento de risco, que orienta em relação a transações e requer a diversificação de transações e contrapartidas. Nos termos dessa política, a natureza e a posição geral dos riscos financeiros são regularmente monitoradas e gerenciadas, a fim de avaliar os resultados e o impacto financeiro no fluxo de caixa. Também são revistos, periodicamente, os limites de crédito e a qualidade do “rating” das contrapartes.

É responsabilidade da Diretoria Financeira o exame e a revisão das informações relacionadas com o gerenciamento de risco, incluindo políticas significativas, procedimentos e práticas aplicadas no gerenciamento de risco.

Nas condições da política de gerenciamento de riscos, a Companhia administra alguns dos riscos por meio da utilização de instrumentos derivativos, que geralmente proíbem negociações especulativas e venda a descoberto.

d) Risco de crédito

A política de vendas da Companhia e de suas controladas considera o nível de risco de crédito a que está disposta a se sujeitar no curso de seus negócios, a diversificação de sua carteira de recebíveis e a seletividade de seus clientes, a fim de minimizar eventuais problemas de inadimplência em suas contas a receber.

No que diz respeito às aplicações financeiras e aos demais investimentos, a Companhia tem como política trabalhar com instituições de primeira linha.

e) Risco de preço das matérias-primas e dos insumos

Esse risco está relacionado à possibilidade de oscilação no preço dos produtos que a Companhia e suas controladas vendem ou no preço das matérias-primas e dos demais insumos utilizados no processo de produção. Não há como assegurar que o declínio nos preços no mercado de produtos siderúrgicos por redução de demanda ou por outros fatores não venha a ocorrer e afetar negativamente os resultados da Companhia e de suas controladas. Da mesma forma, alterações nos preços nacionais ou internacionais de suas principais matérias-primas e insumos terão impacto no custo dos produtos vendidos.

f) Determinação do valor justo

A Companhia e suas controladas procedem a uma avaliação de seus ativos e passivos contábeis em relação aos valores de mercado utilizando-se das informações disponíveis e de metodologias apropriadas; esse procedimento requer considerável julgamento para se estimar o valor justo. Para determinação do valor justo dos derivativos foi utilizada a volatilidade da taxa de câmbio e da taxa “Libor” futura, obtida por meio da BM&FBOVESPA S.A. - Bolsa de Valores, Mercadorias e Futuros, e, como método utilizado para cálculo, foi considerada a estimativa do valor futuro por meio das curvas futuras de mercado, trazidas a valor presente.

A interpretação dos dados de mercado, assim como a seleção de métodos de avaliação, requer considerável julgamento e estimativas para produzir o valor de realização mais adequado. Como consequência, as estimativas apresentadas para o valor justo dos derivativos não indicam, necessariamente, os montantes que poderão ser realizados no mercado corrente. O uso de diferentes hipóteses de mercado e/ou metodologias pode ter efeito nessas estimativas quando tal avaliação alternativa é cabível.

g) Risco de liquidez

É o risco de a Companhia e suas controladas não disporem de recursos líquidos suficientes para honrar seus compromissos financeiros, em decorrência de descasamento de prazo ou de volume entre os recebimentos e pagamentos previstos.

Para administrar a liquidez do caixa em moedas nacional e estrangeira, são estabelecidas premissas de desembolsos e recebimentos futuros, sendo monitoradas diariamente pela área de Tesouraria.

h) Riscos de taxas de juros

A Companhia e suas controladas estão expostas ao risco de que uma variação de taxas de juros flutuantes cause um aumento na sua despesa financeira com pagamentos de juros futuros. A dívida em moeda nacional está sujeita, principalmente, às taxas prefixadas em reais e à variação do CDI diário. A dívida em moeda estrangeira em taxas flutuantes está sujeita, principalmente, à flutuação da taxa “Libor”. Para minimizar possíveis impactos advindos dessas oscilações, a Companhia contrata “swaps” de taxas “Libor” para fixas.

i) Risco de câmbio

A Companhia realiza transações em moeda estrangeira; conseqüentemente, surgem exposições às variações nas taxas de câmbio. As exposições aos riscos de taxa de câmbio são administradas de acordo com os parâmetros estabelecidos pelas políticas aprovadas por meio da utilização de contratos futuros de moeda.

A Administração da Companhia e de suas controladas monitora as oscilações de mercado de taxa de câmbio e seus efeitos sobre a posição patrimonial e sobre o fluxo comercial dos contratos em carteira por moeda. Com o objetivo de minimizar os riscos de taxa de câmbio, a Companhia e suas controladas dispõem de políticas e procedimentos de controles internos para administrar tais exposições e podem utilizar instrumentos de proteção, desde que previamente aprovados pela Administração. Entre as políticas estabelecidas pela Companhia, destacamos o acompanhamento dos níveis de exposição a cada risco de mercado, a mensuração destes e a criação de limites para tomada de decisão e utilização dos mecanismos de proteção, sempre visando minimizar a exposição cambial.

Adicionalmente, são contratadas operações envolvendo instrumentos financeiros derivativos de taxa “Libor” e câmbio, por meio de operações de “swap”, com o objetivo de cumprir a estratégia anteriormente mencionada. Para o exercício findo em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, a Companhia não manteve nem contratou operações com derivativos financeiros com propósitos especulativos.

A exposição líquida ao risco de taxa de câmbio por ativos e passivos atrelados ao dólar norte-americano, em 31 de dezembro de 2013 e de 2012, é a seguinte:

	<u>Controladora e consolidado</u>	
	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Caixa e equivalentes de caixa	2.029	4.492
Contas a receber de clientes	2.944	1.313
Empréstimos e financiamentos (*)	<u>(37.119)</u>	<u>(48.567)</u>
Passivo líquido exposto à variação cambial	<u>(32.146)</u>	<u>(42.762)</u>

(*) Para parte substancial dos empréstimos e financiamentos adquiridos em 2009 foram contratadas operações de “swap”, no montante de US\$25 milhões, conforme descrito no item m) a seguir.

j) Análise de sensibilidade

Com base na posição patrimonial de 31 de dezembro de 2013, estima-se que um aumento ou uma redução de cada 10% na taxa de câmbio do real perante as moedas estrangeiras resultaria em um ganho ou uma perda na Companhia, brutos de imposto de renda e contribuição social, nos montantes demonstrados a seguir:

<u>Risco de exposição</u>	<u>Montante exposto</u>	<u>Ganho ou perda sobre a exposição</u>
Câmbio	<u>(32.146)</u>	<u>(3.214)</u>
Ganhos ou perdas totais		<u>(3.214)</u>

k) Derivativos

A Administração da Companhia e de suas controladas acredita que o gerenciamento de riscos é importante na condução de sua estratégia de crescimento com rentabilidade. A Companhia e suas controladas estão expostas a riscos de mercado, principalmente no que diz respeito a variações nas taxas de câmbio, “Libor” e volatilidade das taxas de juros. O objetivo do gerenciamento de riscos é eliminar possíveis variações não esperadas nos resultados, advindas dessas variações.

A medição da eficiência e avaliação dos resultados ocorre no fim dos contratos quando o derivativo é encerrado. O monitoramento do impacto dessas transações é realizado semestralmente pela controladora, quando a marcação a mercado dessas transações é discutida e validada. Todos os ganhos ou perdas decorrentes de instrumentos financeiros derivativos estão reconhecidos pelo seu valor justo nas demonstrações financeiras consolidadas da Companhia.

Por conta de sua política de preservação de sua posição financeira em moeda estrangeira, a Companhia optou pela contratação de instrumentos financeiros derivativos de “swap”. Esses derivativos foram contratados durante o exercício findo em 31 de dezembro de 2009.

1) “Swap”

Em 31 de dezembro de 2013, o valor nocional de todos os “swaps” contratados totalizava US\$25 milhões, cujos objetivos são de indexar as taxas de juros contratadas (“Libor” mais percentual fixo) por taxas de juros prefixadas. As contrapartes são instituições financeiras que atuam no mercado local (Banco Santander S.A. e Banco Itaú S.A.).

<u>Item protegido</u>	<u>Contraparte</u>	<u>Valor nacional (US\$ mil)</u>	<u>Início</u>	<u>Vencimento</u>	<u>Posição ativa</u>	<u>Posição passiva</u>	<u>Valor justo ganho/ (perda) 2013</u>
Operações de “swap”:							
Dívida Banco IFC (i)	Santander	16.666	08/09/2009	16/07/2018	Libor +3,05%	128% do CDI	16.767
“Pre-export finance” (ii)	Itaú	<u>2.158</u>	12/06/2009	31/07/2015	Libor +3,35%	78% do CDI	<u>(52)</u>
Total		<u>23.338</u>					<u>16.715</u>

(i) “Swap” contratado sobre saldo principal.

(ii) “Swap” contratado sobre saldo de juros.

Os contratos são registrados na Câmara de Liquidação e Custódia - CETIP. Não há margem de garantia para esses contratos e a sua liquidação ocorrerá em reais por meio da diferença entre os termos indexados no contrato, portanto, sem recebimento físico de moeda do valor nocional, na data do vencimento.

Em 31 de dezembro de 2013, os instrumentos financeiros derivativos em aberto haviam sido contratados com o objetivo de “hedge” de um risco particular associado aos passivos financeiros representados pelos empréstimos contratados. Essas transações foram classificadas pela Administração como “hedge” de fluxo de caixa.

Para essas transações designadas e qualificadas para contabilidade de “hedge”, a Administração elaborou a documentação, no momento da designação, e a relação entre o instrumento de proteção e os itens objeto de proteção, bem como a estratégia e o objetivo da administração do risco associado a essas transações, conforme requerido pelo pronunciamento técnico CPC 38 - Instrumentos Financeiros: Reconhecimento e Mensuração. Até o fim do exercício, a Companhia havia registrado nas demonstrações do resultado perdas no montante de R\$5.203 (R\$3.434 líquidos dos efeitos tributários), referentes ao “hedge” já realizado. O resultado obtido pela avaliação do valor justo dos instrumentos ainda não realizados e designados como instrumentos de proteção totalizou ganhos de R\$11.052 (R\$7.294 líquidos dos efeitos tributários).

A movimentação dos ajustes decorrentes da contabilização do “hedge” de fluxo de caixa, registrados na rubrica “Ajustes de avaliação patrimonial”, está apresentada a seguir:

	<u>Consolidado</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2012	7.292
Variação do valor justo do instrumento de “hedge”	9.474
Efeito tributário diferido	<u>(5.701)</u>
Saldo em 31 de dezembro de 2013	<u>11.065</u>

m) Mensurações ao valor justo reconhecidas no balanço patrimonial

A tabela a seguir fornece uma análise dos instrumentos financeiros que são mensurados pelo valor justo após o reconhecimento inicial, agrupados nos Níveis 1 a 3, com base no grau observável do valor justo:

- Mensurações de valor justo de Nível 1 são obtidas de preços cotados (não ajustados) em mercados ativos para ativos ou passivos idênticos.
- Mensurações de valor justo de Nível 2 são obtidas por meio de outras variáveis além dos preços cotados incluídos no Nível 1, que são observáveis para o ativo ou passivo diretamente (ou seja, como preços) ou indiretamente (ou seja, com base em preços).
- Mensurações de valor justo de Nível 3 são obtidas por meio de técnicas de avaliação que incluem variáveis para o ativo ou passivo, mas que não têm como base os dados observáveis de mercado (dados não observáveis).

Controladora e consolidado

	2013			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado-				
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	-	<u>16.767</u>	-	<u>16.767</u>
Total	<u>-</u>	<u>16.767</u>	<u>-</u>	<u>16.767</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado-				
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	-	<u>52</u>	-	<u>52</u>
Total	<u>-</u>	<u>52</u>	<u>-</u>	<u>52</u>
	2012			
	<u>Nível 1</u>	<u>Nível 2</u>	<u>Nível 3</u>	<u>Total</u>
Ativos financeiros ao valor justo por meio do resultado-				
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	-	<u>11.206</u>	-	<u>11.206</u>
Total	<u>-</u>	<u>11.206</u>	<u>-</u>	<u>11.206</u>
Passivos financeiros ao valor justo por meio do resultado-				
Instrumentos derivativos designados em relações de contabilização de “hedge”	-	<u>154</u>	-	<u>154</u>
Total	<u>-</u>	<u>154</u>	<u>-</u>	<u>154</u>

Durante o exercício não houve nenhuma transferência entre os Níveis 1 e 2.

22. GARANTIAS

Durante o exercício de 2013, a Companhia efetuou transações de “vendedor” com bancos, sendo a garantidora das duplicatas a receber negociadas até o efetivo pagamento dos clientes aos bancos. Em 31 de dezembro de 2013, a Companhia é garantidora de operações de “vendedor” no montante de R\$28.022 (R\$27.643 em 31 de dezembro de 2012).

23. SEGUROS (NÃO AUDITADO)

A Companhia e suas controladas adotam uma política de contratação de seguros que considera, principalmente, a concentração de riscos e sua relevância, contratando-os por montantes considerados suficientes pela Administração, levando em consideração a natureza de suas atividades. As coberturas dos seguros estão assim demonstradas:

<u>Modalidade de seguro</u>	<u>2013</u>	<u>2012</u>
Riscos diversos - compreensivo	216.652	142.954
Riscos operacionais	<u>389.369</u>	<u>255.145</u>
Total	<u>606.021</u>	<u>398.099</u>

24. OUTROS ASSUNTOS

A Medida Provisória nº 627, de 11 de novembro de 2013, e a Instrução Normativa da Receita Federal do Brasil nº 1.397, de 16 de setembro de 2013, trouxeram mudanças relevantes para as regras tributárias federais, eliminando o Regime de Tributação Transitória - RTT. Os dispositivos da referida Medida Provisória entrarão em vigor obrigatoriamente a partir do ano-calendário 2015, sendo dada a opção de aplicação antecipada de seus dispositivos a partir do ano-calendário 2014.

Com o objetivo de garantir a utilização do patrimônio líquido mensurado de acordo com os dispositivos da Lei nº 6.404/76, para fins do cálculo do limite previsto no artigo 9º da Lei nº 9.249/95, que diz respeito aos efeitos fiscais relacionados aos juros sobre o capital próprios apurados entre 1º de janeiro de 2008 e 30 de novembro de 2013, a Administração da Companhia optará pela adoção antecipada mencionada, tão logo disponibilizados e normatizados os procedimentos para essa adoção.

Essa análise deverá ser revisada pela Administração quando promulgada a lei, uma vez que poderão existir ajustes ou alterações em sua redação final.

25. APROVAÇÃO PARA EMISSÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram aprovadas e autorizadas para publicação pela Diretoria em 18 de março de 2014.